

FILIADO À
CUT
FNU

Linha Viva



SINTERGIA-RJ

EXTRA

INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO

Avenida Marechal Floriano, 199/10 e 16º andares - Centro - Rio de Janeiro - Tels.: 2233-5289/2253-1705 - sintergiapress@gmail.com

A quem interessa impedir a atuação legítima do Sindicato?

De um lado estão cerca de 1.300 eletricitários que participaram das eleições e consagraram a vitória da Chapa 1 - Unidade na Luta e a atual direção do Sindicato.

Do outro, duas pessoas apoiadas por gente que atua nas sombras não só do sindicalismo, mas da política e da vida social brasileira e que pregam a desqualificação das instituições.

O pior é que tem gente que já foi da direção do Sindicato, marcando sua atuação por agressões a companheiros de trabalho (porque não admitem ser contrariados) e por administração temerária que deixou dívidas milionárias que até hoje estão sendo pagas pela atual direção.

A direção do Sintergia cumpriu exatamente o que prevê o Estatuto da entidade, convocando Assembleia para escolha da Comissão Eleitoral que, a partir daí, comandou todo o processo eleitoral, divulgando através da grande imprensa e de cartazes afixados nos locais de trabalho os dias de inscrição de chapas e a data das eleições.

Essas duas pessoas e quem os apoia não tiveram capacidade de montar uma chapa e agora tentam um golpe contra a democracia sindical, alegando que não tomaram conhecimento do processo eleitoral.

Esperamos que a decisão da Justiça respeite a decisão livre e democrática da categoria e deixe que a direção eleita tome posse e dê prosseguimento às negociações do Acordo Coletivo 2014/2015.

Nós somos assim

- ◆ Buscamos negociar o melhor ACT e não abrimos mão da reposição integral da inflação, ganho real e abono
- ◆ Se o diálogo empaca, partimos para a ação, com atos e paralisações se for preciso
- ◆ Defendemos a segurança nos locais de trabalho
- ◆ Temos interlocução com a CUT e a FNU
- ◆ Quando preciso, dialogamos com parlamentares de todos os partidos em busca de apoio para a causa dos trabalhadores
- ◆ Lutamos no Congresso contra tentativas de cassação de direitos adquiridos dos trabalhadores
- ◆ Temos representantes na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)
- ◆ Representamos trabalhadores(as) de mais de 30 empresas do setor de energia

Eles são isso

- ◆ Não participam do dia a dia da categoria
- ◆ Não mostram a cara nas Assembleias, atos e paralisações
- ◆ Em passado recente, causaram sérios prejuízos ao Sindicato e à categoria
- ◆ Querem impor à categoria uma central que em vez de pregar a organização dos trabalhadores, prega a desordem
- ◆ Não têm coragem de dizer quem os apoia nem de onde vem o dinheiro que banca suas ações
- ◆ Causam demissões em massa por seus atos inconsequentes
- ◆ Querem ocupar cadeira na direção do Sindicato sem sequer ter montado chapa para disputar as eleições

Linha Viva

CNE APRESENTA PROPOSTA E DIREÇÃO DA ELETROBRAS DECIDIRÁ SOBRE O FUTURO DO PAGAMENTO DA PLR DIA 19 DE MAIO

Foi realizada na quinta-feira, dia 15 de maio, no Rio de Janeiro, mais uma reunião entre o Coletivo Nacional dos Eletricitários e a direção do Sistema Eletrobras, mais precisamente com o Diretor de Administração, Aguinaldo Ribeiro, para discutir o pagamento da PLR 2013. Mesmo sendo esta a sexta rodada de negociação, novamente a Holding veio com o surrado discurso da falta de dinheiro e a proposta indecorosa de trocar direitos pela PLR. O CNE foi enfático ao afirmar que não existe qualquer possibilidade de se aceitar uma negociação nesses termos.

Diante das argumentações dos representantes do CNE, ressaltando a importância de se buscar uma saída através do diálogo, e de que os trabalhadores não vão pagar a conta de uma política equivocada de Governo, a direção da Holding aceitou receber uma proposta formulada pelo Coletivo para o pagamento da PLR, para ser analisada pela diretoria na próxima segunda-feira, dia 19 de maio.

Essa reunião dos diretores das empresas do Sistema Eletrobras que irá apreciar a proposta dos trabalhadores, será um divisor de águas, caso não haja o entendimento de que é possível reconhecer o direito à PLR, considerando os resultados operacionais, não caberá à categoria outro caminho se não à luta.

Cabe destacar que até aqui o CNE tem feito a sua parte, buscando o diálogo com a Holding, sem falar na extensa agenda realizada em Brasília junto a parlamentares, o Governo e os Ministérios de Minas e Energia e Relações

Institucionais, através de audiência com o Ministro Ricardo Berzoini, que recebeu, inclusive, um estudo sobre a MP 579, os seus impactos sobre os trabalhadores e as alternativas viáveis para o pagamento da PLR.

É fato que o Governo Dilma até aqui tem se pautado pelo pouco diálogo com o movimento sindical, mas novos rumos podem ser adotados, basta ter vontade política de reconhecer o esforço de cada trabalhador para fortalecer o Sistema Eletrobras, que se reflete no resultado operacional da Holding, que apresentou um considerável crescimento, mesmo diante dos percalços gerados pela MP579.

O CNE, os sindicatos e os trabalhadores esperam que nesta reunião haja o empenho de todos os diretores do Sistema Eletrobras, e não somente de algumas vozes isoladas. Os trabalhadores estão apostando em uma definição positiva, mesmo sabendo que alguns setores do Governo e da Eletrobras apostam no confronto.

Os trabalhadores vão continuar mobilizados, pois paciência tem limite. Nos próximos dias serão realizadas assembleias deliberativas (veja abaixo), quando a categoria irá definir os rumos do movimento em defesa da PLR, caso não haja uma definição por parte da Holding.

No dia 26 de maio será realizada reunião em Brasília do CNE, é fundamental a presença de todos, pois será feita uma avaliação da resposta dada pela Eletrobras, como também das assembleias. Participe!

ASSEMBLEIA

Dia 21 de maio de 2014, às 18 horas
No Auditório do Sintergia
Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar

A verdade dos fatos

Não há até o momento nenhuma decisão da Juíza da 65ª VT determinando afastamento da diretoria ou mesmo nomeação de administrador provisório.

Há vários requerimentos do Sintergia comunicando que a regra do Art. 105 do Estatuto da entidade deve ser observada sob pena de violar não apenas este regramento máximo como também sob pena de violar a Constituição Federal, que consagra o princípio da Liberdade Sindical.